

Versão Online

ISBN 978-85-8015-054-4

Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2009

A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR E CONSELHO DE CLASSE COMO MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO E REPETÊNCIA ESCOLAR

Iria Schallenberger Kappel¹

Janaina Aparecida Mattos Almeida²

RESUMO

Este artigo surge das inquietações deparadas na minha trajetória como educadora e gestora na educação pública estadual, no Estado do Paraná, e tem por finalidade aprofundar os conceitos de gestão democrática, participação do Conselho Escolar e Conselho de Classe na superação da evasão e repetência escolar. Sabemos que o Conselho Escolar e Conselho de Classe são instâncias colegiadas da escola pública, que têm como função contribuir para que o processo democrático e a prática do ensino e aprendizagem se efetivem. Porém, há muitos empecilhos para o funcionamento adequado desses órgãos, os quais têm contribuído para que eles existam apenas como cumprimentos burocráticos, deixando de exercer as atividades que lhes são pertinentes. Sendo o Conselho Escolar e o Conselho de Classe os principais órgãos de tomada de decisões administrativas e pedagógicas na escola pública, sem dizer com isso que a atuação do Grêmio Estudantil e Associação de Pais, Mestres e Funcionários, seja menos importante para uma gestão democrática, é imprescindível um estudo mais aprofundado sobre o papel que lhes compete e a contribuição desses como mecanismos de participação para superação da evasão e repetência escolar.

¹ Professora da rede pública estadual atua no Núcleo Regional de Educação – Toledo/Paraná. Participante do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional – Área de Gestão Escolar - turma 2009.

² Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, Orientadora deste trabalho.

Palavras chave: gestão democrática, Conselho Escolar, Conselho de Classe, evasão, repetência.

ABSTRACT:

This article arises from the concerns faced in my path as an educator and manager state public education, in the State of Paraná, and aims deepen the concepts of democratic administration, participation of School Council and Class Council in overcoming of the evasion and school failure. We know that the School Council and Class Council are collegiate Instances of public schools, that have the duty to contribute to the effectiveness of the democratic process and the practice of teaching and learning, however, there are many impediments to the proper functioning of these institutions, which have contributed to that they exist only as a bureaucratic fulfillment, failing to carry out the activities that are relevant. Being the School Council and the Class Council the main administrative and educational decision making bodies in public school, without allowing the reader a possible understanding that the performance of the Students Council and the Parents, Teachers and Employees Association, is less important to a democratic management, it's essential a more profound study on the role that is their responsibility and their contribution as involvement mechanisms in overcoming evasion and school failure.

Keywords: democratic management, School Council, Class Council, evasion, school failure.

1. INTRODUÇÃO

Este texto busca apresentar alguns apontamentos acerca do tema a partir de estudos bibliográficos e da análise dos dados obtidos na implementação do projeto de pesquisa, envolvendo o Conselho Escolar e Conselho de Classe, os índices de evasão e repetência das 5^{as} Séries do Ensino Fundamental e 1^{os} Anos do Ensino Médio, em um colégio da rede pública estadual do Paraná, no município de Toledo.

Tal estudo se deu por meio das atividades desenvolvidas durante o PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, área de Gestão Escolar, turma 2009, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conjuntamente com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná.

Apresenta-se dividido em dois momentos: a primeira parte trata-se de expor o tema e a relação do mesmo com a literatura, bem como os objetivos do estudo e da pesquisa; na segunda parte, apresenta-se pesquisa-ação realizada no colégio pesquisado. Os resultados desse processo e, a partir das entrevistas (questionário), apresento algumas visões inferenciais / contribuições que este estudo permitiu, sem com isso ter a pretensão de esgotar a temática.

Um dos grandes desafios dos administradores escolares têm sido a prática de uma gestão democrática para a melhoria dos índices de aproveitamento escolar, a permanência do aluno na escola e sua aprovação que, de fato, signifique o aproveitamento qualitativo da aprendizagem do aluno, bem como, a participação significativa da comunidade nas questões decisórias da escola.

Analisando os índices de aproveitamento escolar dos alunos das escolas públicas estaduais, dos últimos anos, pode-se perceber que se obteve um melhor aproveitamento na média geral do Estado. No entanto, eles também tem indicado uma fragilidade no que se refere à evasão e à repetência.

Tomemos por base os índices de evasão e repetência escolar de 2008, das quintas séries do Ensino Fundamental (87 escolas) e primeiros anos do Ensino Médio (58 escolas), dos estabelecimentos de ensino da jurisdição do NRE de Toledo, conforme quadro infra:

	Quinta série	Primeiro Ano
Aprovados	77,95%	59,38%
Reprovados	18,66%	22,03%
Evasão	3,37%	18,58%

Fonte: Relatórios Finais/2008-Escolas do NRE Toledo.

A média de evasão e repetência nas escolas públicas estaduais, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, tem sido fator de preocupação para os dirigentes da educação pública paranaense e tema de reflexão com vistas à proposição de ações para superação destes índices.

Realizar um trabalho de superação desta fragilidade vai, com certeza, para além da atuação comprometida dos professores na sala de aula, e de apenas alcançar índices quantitativos. Passa certamente, pela administração democrática

da escola e, muitas vezes, o que leva à evasão ou à repetência são questões relacionadas a situações externas à escola, principalmente, questões vinculadas à desigualdade social (sócio-econômicas).

O processo de administração, pautado na gestão democrática, embora tenha avançado muito, ainda está longe de ser considerado real, porque a existência de colegiados, ainda, não assegura o processo participativo e, fundamentalmente o deliberativo. A dificuldade pode estar na falta de incentivo, formação e conscientização da comunidade. Uma questão tem que ser aferida: como tem sido a participação dos Órgãos Colegiados (Conselho Escolar e Conselho de Classe) para superação da evasão e repetência na escola pública estadual?

Abranches (2003, p. 67) ressalta “que os indivíduos se inserem nos colegiados, participam de suas atividades, mas não sabem definir o que seria essa prática”. Na mesma perspectiva Veiga (1998, p. 119), quanto à participação, a realidade tem mostrado que a comunidade não compartilha da vida da escola, pois esta também não comunga dos seus problemas porque não está preparada nem pedagógica e nem estruturalmente para imprimir esse direcionamento.

Ainda, quanto à prática da administração escolar, não podemos negar que a nossa cultura política e a concepção de poder, ainda contaminadas pela origem e tradição patrimonialista, dificultam a efetiva implantação da gestão democrática na escola pública. Os dirigentes, embora afastados, às vezes distantes da sala de aula, também educam, ou deseducam, pelas suas atitudes (BORDIGNON, 2004, p. 58).

Um dos principais desafios atuais de nossas escolas é fazer com que crianças e adolescentes nela permaneçam e consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada, e que jovens e adultos também tenham os seus direitos educativos atendidos.

Neste sentido, a linha política de trabalho na educação pública paranaense (gestão 2003-2010), propôs várias ações que contribuíram significativamente para obtenção de resultados positivos de ensino e aprendizagem, a saber:

IDEB/2007:

- Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 5,0 para 5,2; Séries Finais do Ensino Fundamental de 3,3 para 4,0 e Ensino Médio de 3,3 para 3,7³.

IDEB/2009:

³ Fonte: INEP/MEC – 2008

- Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 5,2 mantendo-se em 5,2; Séries Finais do Ensino Fundamental de 4,0 para 4,1 e Ensino Médio de 3,7 para 3,9⁴;

Também pode-se destacar ações como:

- a construção de Diretrizes Curriculares, a adequação ou construção do Projeto Político-Pedagógico, da Proposta Pedagógica-Curricular, a formação continuada dos professores, investimento em tecnologias educacionais, entre outros.

Porém, para além de uma gestão de governo pautado em princípios democráticos e índices positivos, faz-se necessária uma prática de gestão escolar democrática, para que se possa, não só oportunizar o ingresso do aluno à escola, mas a permanência do mesmo, e a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Neste sentido, as relações entre direção, equipe pedagógica, órgãos colegiados e a comunidade escolar precisam estar articuladas para que possa ocorrer a democratização dos processos de decisão, em todas as esferas dos processos escolares, seja na parte administrativa como na parte pedagógica.

Realizar uma gestão democrática significa acreditar que todos juntos tem mais possibilidades de encontrar caminhos a respeito da função social da escola. Ampliando o número de pessoas que participam da vida escolar, é possível estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e comunidade escolar, conseqüentemente, mais igualitária.

Nesta linha de pensamento, Paulo Freire (1997) afirma que,

“Tudo o que a gente puder fazer, no sentido de abrir mais a escola, no sentido de provocar, pedir, desafiar estudantes, merendeiras, zeladores, vigias, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, pais, médicos, dentistas, alunos, vizinhos da escola, tudo o que a gente puder fazer para convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente, que é o de ter voz, o de ganhar voz e não apenas o de falar, não apenas o de dar bom-dia. Ora, o conselho de escola é um dos momentos, é um dos meios de que a gente pode se servir, se é que eu posso usar esse verbo, nessa luta pela

⁴ Fonte: INEP/MEC – 2010,

democratização da escola e pela democratização do ensino no Brasil” (FREIRE, 1997).⁵

Apropriando-se das contribuições do Mestre Paulo Freire, entende-se que um dos caminhos para ampliação e criação de estratégias na superação da evasão e da repetência na escola pública é a consolidação de mecanismos de participação, neste aspecto aponta-se os Órgãos Colegiados legalmente instituídos no interior da escola como o Conselho Escolar, Conselho de Classe, bem como aqueles que se podem ainda instituir como prática pedagógica, a saber: o conselho de pais, conselho de alunos.

Neste sentido, acredita-se que os órgãos colegiados (Conselho Escolar e Conselho de Classe) são junto aos demais segmentos da escola, a possibilidade de uma gestão democrática que possa fazer a diferença no sentido de superar fragilidades como a evasão e a repetência.

As questões abordadas nos remetem levar em conta algumas hipóteses: Será que sabemos quem são os alunos que, na nossa escola, apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem? Sabemos quem são aqueles que mais faltam na escola? Onde e como eles vivem? Quais são as suas dificuldades? E os que abandonaram a escola ou dela se evadiram? Sabemos o motivo? O que estão fazendo? Estamos nos esforçando em trazê-los de volta para a escola? Temos informado o Conselho Tutelar e Ministério Público? Temos tratado essa situação com o cuidado e o carinho que ela merece?

Pelo processo de construção ou adequação do Projeto Político-Pedagógico da escola, estas informações não são, necessariamente, desconhecidas da direção, equipe pedagógica e professores. No entanto, muitas vezes só permanecem na identificação, sem que haja um plano de ação de superação com o envolvimento dos órgãos colegiados. Estes, por sua natureza e representatividade, têm o poder de convocação, resolução, que muitas vezes os segmentos internos da escola não possuem.

Assim, têm-se como objetivos neste texto não apenas discutir, problematizar as questões pertinentes ao tema evasão e repetência e ampliação qualitativa e real

⁵ gravação realizada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série *Projeto Político-Pedagógico da escola*, apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. A série teve a consultoria de Moacyr Gadotti e contou com a mediação de Gaudêncio Frigotto.

dos índices apresentados pelo IDEB, mas, apresentar uma perspectiva de práxis por meio da efetivação dos órgãos colegiados, especialmente, pelo Conselho Escolar e Conselho de Classe.

Tendo como horizonte todas essas indicações de como os órgãos colegiados podem e devem trabalhar no sentido de ampliar a permanência e apropriação dos conhecimentos na escola, partiu-se para o projeto de implementação na escola, cujo objetivo principal foi dilatar as discussões em torno dessa temática.

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO NA ESCOLA

A implementação do projeto na escola se efetivou conforme cronograma apresentado e de forma sistematizada. Pode-se afirmar que foi uma das partes mais significativas de todo o estudo por se tratar de um projeto de pesquisa-ação. Segundo Thiollent (2007), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social através da qual se planeja, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no decorrer do processo, tanto a respeito da prática, quanto da própria investigação, sendo sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática.

A implementação teve início na semana pedagógica de julho de 2010, ocasião em que foi apresentado o projeto de implementação para todos os servidores que atuam no estabelecimento de ensino (direção, professores e funcionários). Por se tratar de um tema de interesse da escola na perspectiva da “participação da comunidade escolar” por meio do Conselho Escolar e Conselho de Classe para minimizar a evasão e repetência, pode-se perceber uma grande receptividade e interesse nas atividades propostas.

Para que se pudesse ter um melhor conhecimento sobre comportamentos índices de evasão e repetência escolar, partiu-se de uma identificação e análise dos índices dos últimos cinco anos, comparando os resultados da escola com a média estadual e nacional (IDEB 2005; IDEB 2007 e IDEB 2009), com vistas a discutir a expansão qualitativa e real destes índices.

QUADRO 01: RENDIMENTO / MOVIMENTO ESCOLAR - (COLÉGIO ESTADUAL PESQUISADO)

ENSINO/SÉRIE	ANO	TAXA DE APROVAÇÃO	TAXA DE REPROVAÇÃO	TAXA DE ABANDONO
ENSINO FUNDAMENTAL (5ª SÉRIE)	2005	73,30%	25,30%	1,30%
	2006	73,90%	22,90%	3,10%
	2007	90,50%	8,40%	1,00%
	2008	91,30%	8,60%	0,00%
	2009	90,60%	9,30%	0,00%
ENSINO MÉDIO (1º ANO)	2005	72,00%	20,00%	8,00%
	2006	58,00%	9,60%	32,20%
	2007	72,70%	4,50%	22,70%
	2008	50,00%	15,30%	34,60%
	2009	60,80%	34,70%	4,30%

Fonte: SERE / ABC – 2011.

Na análise dos dados, percebe-se uma projeção interessante quanto ao aproveitamento do rendimento escolar na 5ª Série do Ensino Fundamental, entre os anos de 2005 a 2009, quando houve um crescimento na taxa de aprovação, zerando o índice de abandono. É importante considerar que esta oferta ocorreu no período diurno, embora o colégio tenha atendido nas 5ª Séries alunos fora da faixa etária e alunos com comprometimento intelectual, estes últimos, com atendimento em contraturno em Sala de Recursos.

No que se refere ao rendimento escolar dos alunos dos 1ºs Anos do Ensino Médio, cuja oferta ocorreu somente no período noturno, entre os anos de 2005 a 2009, evidenciou-se uma oscilação significativa entre a taxa de reprovação e abandono, com índices comprometedores, pois evidenciou-se uma média de 40% a 50% de perda dos alunos que ingressaram nos 1º Anos do Ensino Médio.

QUADRO 02: QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Ano	Escola	NRE/Toledo	Paraná
5ª Série – Ensino Fundamental				
Taxa Aprovação	2008	91,3%	77,9%	80,0%
	2009	90,6%	82,6%	82,0%
Taxa Reprovação	2008	8,6%	18,7%	15,5%
	2009	9,3%	14,4%	13,8%
Taxa Abandono	2008	0%	3,3%	4,3%
	2009	0%	3,1%	4,2%
1º Ano - Ensino Médio				

Taxa Aprovação	2008	50,0%	61,8%	68,4%
	2009	60,8%	71,0%	73,3%
Taxa Reprovação	2008	15,3%	21,0%	17,2%
	2009	34,7%	18,5%	15,3%
Taxa Abandono	2008	34,6%	17,0%	14,2%
	2009	4,3%	10,5%	11,4%

Fontes: SERE/ABC-2011 - QUIM – Quadro de Indicadores e Metas–2011.

A leitura dos índices apresentados no quadro supra, dos anos de 2008 e 2009, indicam que o aproveitamento escolar dos alunos do Ensino Fundamental (5ª Série) do colégio pesquisado, está melhor que a média da mesma oferta no Núcleo Regional de Educação - NRE de Toledo e no Estado do Paraná.

No entanto, na oferta do Ensino Médio (1º Ano), período noturno, os índices de aproveitamento são menores comparados a média do NRE de Toledo e Estado. Alguns condicionantes externos da escola foram indicados pelos integrantes do Conselho de Classe, como fatores diretamente responsáveis pelo alto índice de reprovação e evasão, quais sejam: jornadas extensivas de trabalho diário; desestruturação familiar; situação sócio-econômica das famílias, entre outros.

QUADRO 03: IDEB – RESULTADOS E METAS

Série Ano	Escola / Município / Estado	IDEB Observado			Metas Projetadas				
		2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015
8ª Série / 9º Ano	Colégio Estadual Pesquisado	3,9	5,5	5,0	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1
	Escolas Estaduais Município Toledo	3,6	4,2	4,6	3,6	3,8	4,1	4,5	4,9
	Escolas Estaduais Estado/PR	3,3	4,0	4,1	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5
3ª Série / EM	Escolas Estaduais Estado/PR	3,3	3,7	3,9	3,3	3,4	3,6	3,9	4,2

Fonte: INEP/MEC - 2010

Os resultados do IDEB 2005, 2007 e 2009 do colégio pesquisado, apontam para uma análise na perspectiva da expansão qualitativa e real destes índices. Pode-se observar no Quadro 01 que nos 1ºs Anos do Ensino Médio em 2007, a taxa de aprovação teve um crescimento atingindo 72,70%, com reprovação em apenas 4,50%, sendo este o melhor índice atingido nesta oferta, entre os anos de 2005 a 2009.

Vale registrar que o colégio pesquisado teve o melhor índice do IDEB/2007, entre as escolas estaduais do município de Toledo – 5,5. Segundo informações obtidas entre os integrantes do Conselho de Classe e Equipe diretiva da escola, o resultado se deve ao trabalho coletivo de todos os profissionais da educação que atuam no estabelecimento de ensino, em especial ao trabalho dos professores, equipe pedagógica, direção e um percentual ainda não tão expressivo de pais.

No entanto, a escola não conseguiu manter este resultado no IDEB/2009, seu índice apresentou um decréscimo de 5%, ou seja, caiu de 5,5 para 5,0. Ainda assim, acima das médias das escolas estaduais do município de Toledo e do Estado.

Pode-se apontar como razões destes números, a ausência da família na escola, em especial no que se refere ao acompanhamento do rendimento escolar dos filhos pelos pais; a rotatividade dos professores a cada ano letivo e o contexto em que estão inseridos os educandos do período noturno (alunos trabalhadores e alunos em vulnerabilidade social).

Na seqüência dos trabalhos, foi realizada atividade específica com o Conselho Escolar com destaque sobre as atribuições que lhe competem e identificação de iniciativas com ações práticas quanto à participação democrática do Conselho Escolar no combate à evasão e repetência escolar no estabelecimento de ensino, foco de pesquisa. Obteve-se como resultado a indicação de fragilidade quanto ao domínio das atribuições que competem aos conselheiros e pouca atuação destes na função avaliativa no que se refere ao acompanhamento das ações educativas desenvolvidas pela escola.

Os passos seguintes foram às entrevistas com representantes do Conselho Escolar e Conselho de Classe (direção, professores, pedagogos e representantes dos segmentos da comunidade no Conselho Escolar).

Quanto ao **Conselho Escolar** no questionário aplicado, fica evidenciado, a saber:

- participação parcialmente ativa, ou seja, ênfase em “falta de vez em quando” (resposta da primeira questão). Registra-se o descompromisso ou desconhecimento com a função, bem como a não ciência do que consta no Estatuto do Conselho Escolar da escola pesquisada, em seu Art. 27 – Os membros do Conselho Escolar que se ausentarem 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas serão destituídos, assumindo os respectivos suplentes.

- não se cumprem na prática escolar os objetivos do Conselho Escolar propostos no Estatuto do Conselho Escolar. Destacam-se comentários livres dessa questão: *“não foi realizada reunião com o Conselho Escolar sobre suas funções e objetivos”*⁶; *“quase não se reúne o Conselho Escolar”*; *“nunca tem reunião”* (resposta da segunda questão). Nesta questão evidenciam-se duas questões frágeis, sendo a primeira o desconhecimento dos objetivos do Conselho Escolar pelos conselheiros entrevistados; e a segunda questão o desconhecimento do período previsto no Estatuto do Conselho Escolar para realização de reuniões.

Em conformidade com o Art. 13 do Estatuto do Conselho Escolar da escola pesquisada, são objetivos do Conselho Escolar:

I - realizar a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no Projeto Político-Pedagógico da Escola;

II - constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior da escola, ampliando os espaços de efetiva participação da comunidade escolar nos processos decisórios sobre a natureza e a especificidade do trabalho pedagógico escolar;

III - promover o exercício da cidadania no interior da escola, articulando a integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal;

IV - estabelecer políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho pedagógico na escola, a partir dos interesses e expectativas histórico-sociais, em consonância com as orientações da SEED e a legislação vigente;

V - acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, realizando as intervenções necessárias, tendo como pressuposto o Projeto Político-Pedagógico da escola;

⁶ Todas as citações retiradas dos instrumentos de pesquisa aplicados, neste texto, serão feitas em itálico.

VI - garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que a organização das atividades educativas escolares estejam pautadas nos princípios da gestão democrática.

Quanto à frequência de reuniões do Conselho Escolar o mesmo Estatuto prevê em seu Art. 35:

I - as reuniões ordinárias serão bimestrais, convocadas pelo Presidente do Conselho ou vice-presidente, no seu impedimento, por representante designado pelo mesmo, dentre os seus componentes, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta claramente definida no edital de convocação;

II - as reuniões extraordinárias serão convocadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, com pauta claramente definida e por solicitação:

a) do Presidente ou vice-presidente do Conselho;

b) da maioria simples de seus membros, através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho especificando o motivo da solicitação.

- no que se refere à composição do Conselho Escolar seguir as normativas do Estatuto do Conselho Escolar homologado, teve-se como ênfase nas respostas informadas o “desconhecimento” (resposta da terceira questão). Sobre a constituição e representação dos membros do Conselho Escolar, prevê o Estatuto do Conselho Escolar da escola pesquisada em seus Art. 16 a 18, a saber:

Art. 16 - Os representantes do Conselho Escolar serão escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantido a representatividade de todos os níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - No ato de eleição, para cada membro será eleito também, um suplente.

Art. 17 - O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade que abrange toda a comunidade escolar, terá assegurado na sua constituição a paridade (número igual de representantes por segmento) e a seguinte proporcionalidade:

I – 50% (cinquenta por cento) para a categoria profissionais da escola: professores, equipe pedagógica e funcionários;

II - 50% (cinquenta por cento) para a categoria comunidade atendida pela escola: alunos, pais de alunos e movimentos sociais organizados da comunidade.

Art. 18 – O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, previsto nos artigos 16 e 17, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- a) diretor;
- b) representante da equipe pedagógica;
- c) representante do corpo docente (professores);
- d) representante dos funcionários administrativos;
- e) representante dos funcionários de serviços gerais;
- f) representante do corpo discente (alunos);
- g) representante dos pais de alunos;
- h) representante do Grêmio Estudantil;
- i) representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (APMF, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde, etc.).

- houve unanimidade quanto à direção presidir o Conselho Escolar (resposta da questão quatro). Conforme o que prevê o Estatuto do Conselho Escolar da escola pesquisada, em seu Art. 33, A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo diretor da escola, cabendo a este diligenciar pela efetiva realização de suas decisões, para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

- o registro das deliberações (ações / estratégias / providências...) são realizadas pela Direção, secretária ou um dos integrantes (resposta da questão cinco). Percebe-se possível ausência de clareza sobre a quem compete esta tarefa. Pois conforme Art. 37 do Estatuto do Conselho Escolar da escola de implementação do projeto, as reuniões do Conselho Escolar serão lavradas em Atas, por Secretários “ad hoc”, em livro próprio para registros, comunicações e/ou divulgações.

- sobre como os conselheiros têm contribuído para efetivar as ações / estratégias / providências definidas na reunião do Conselho Escolar, estes destacaram: “o Conselho Escolar não foi tão presente neste ano letivo, mas agora estamos mais cientes das atribuições de seus membros”; “dialogando quanto à importância da divulgação do Estatuto do Conselho Escolar, para conhecimento das suas atribuições pela comunidade escolar”; “nunca tem reunião” (resposta da questão seis).

- sobre o Conselho Escolar ter contribuído para avaliar o processo de ensino e aprendizagem realizado pela escola, 50% dos conselheiros que responderam ao questionário informaram “parcialmente”, e os outros 50% informaram “não tem contribuído” (resposta da questão sete).

- sobre o conselheiro escolar ter percebido a articulação da concepção de avaliação presente no PPP e no Regimento Escolar, 50% dos conselheiros entrevistados

responderam “parcial”, 25% responderam “total” e 25% responderam “inexistente” (resposta da questão oito). Percebe-se seja possível a não clareza no entendimento dos objetivos da avaliação pelos conselheiros, proposta no Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, bem como ser consequência do desconhecimento, pelos conselheiros, do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar do estabelecimento de ensino. Nesta analogia, destaca-se a contribuição de Sant’Anna, 1995, quando afirma que a avaliação como processo apresenta características de continuidade, temporalidade, totalidade, organicidade e orientação para fim, ou seja, se fundamenta em pressupostos como: dinâmica, contínua, integrada, progressiva, voltada para o aluno, abrangente, cooperativa e versátil (SANT’ANNA, 1995).

- quanto à articulação (referência) entre as diversas reuniões do Conselho Escolar, 50% responderam “parcial”, justificando que “*quase não tem reunião, quando tem é para assinar algum documento*”, “*porque as reuniões/encontros foram esporádicas*”, e 50% responderam “inexistente” (resposta da questão nove).

- a maioria dos conselheiros entrevistados, confirmou nunca serem considerados documentos indicadores de resultados qualitativos que possam subsidiar a prática avaliativa proposta pela escola (resposta da questão dez).

- sobre o Conselho Escolar ter se configurado como instância da avaliação praticada pela escola, 50% dos conselheiros informou “às vezes”, destacando os seguintes comentários “estamos em processo de reconhecimento das atribuições do Conselho Escolar para fazer valer suas atribuições” e “isso precisa mudar”, e os outros 50% informaram “nunca” (resposta da questão onze).

- quanto a descrever sucintamente uma ação que considerou relevante e que tenha contribuído na superação da evasão e repetência escolar, nenhum dos conselheiros entrevistados respondeu.

As informações obtidas no questionário aplicado demonstram que os conselheiros, no momento, não têm clareza sobre a natureza e dos fins do Conselho Escolar, bem como as atribuições que competem aos conselheiros.

Confirmamos, assim, a necessidade de um maior espaço para leitura e discussões acerca do Estatuto e demais documentos referentes ao Conselho Escolar, na perspectiva de torná-lo atuante com conhecimento de suas funções e atribuições. Sugere-se formação continuada para os integrantes do Conselho

Escolar, podendo a oferta ser pelo mantenedor, parceria com IES ou por iniciativa da Direção e Equipe Pedagógica da escola.

Quanto ao **Conselho de Classe** no questionário aplicado, fica evidenciado, a saber:

- houve unanimidade quanto à participação ativa dos integrantes (nunca faltou) nas reuniões do Conselho de Classe (questão um).
- sobre o cumprimento dos objetivos do Conselho de Classe propostos no PPP na prática escolar, 66,66% informaram “totalmente” e 33,33% informaram “parcialmente” (questão dois).
- o Conselho de Classe ser organizado pela equipe pedagógica, a maioria confirmou este entendimento, sendo que três dos entrevistados informaram que além da equipe pedagógica, participam do processo de organização do Conselho de Classe a direção e professores (questão três).
- quanto ao responsável em presidir o Conselho de Classe, obteve-se 75% dos entrevistados que indicaram a equipe pedagógica, 16.6% a direção e 8.3% professores (resposta da questão quatro). Percebe-se uma divergência de informação e de clareza, quanto a quem compete organizar o Conselho de Classe e a quem cabe presidir o mesmo. Esclarece-se que é atribuição da equipe pedagógica da escola organizar o Conselho de Classe, bem como os pré-conselhos se for o caso, mas compete ao diretor (a) presidir o mesmo.

Ainda na questão quatro, no que se refere aos participantes do Conselho de Classe, houve destaque para direção (diretora e diretora - auxiliar), equipe pedagógica, professores e secretária escolar. Registra-se que não houve a indicação da participação de aluno(s) representante(s) na reunião do Conselho de Classe.

- os entrevistados indicaram que o registro do que é deliberado no Conselho de Classe (ações / estratégias / providências...) fica a cargo da equipe pedagógica e/ou secretária (resposta da questão cinco).
- sobre a questão de colocar em prática o que ficou acordado na reunião do Conselho de Classe, os entrevistados registraram: *“cumprindo as propostas elaboradas pelo coletivo dos professores no Conselho de Classe”*; *“colocando em prática o regulamento da escola, outras maneiras de avaliação”*; *“colocando em prática o que é discutido e acordado no conselho, mediante as linhas de ação de*

cada turma / perfil”; “realizando diagnóstico com os estudantes antes da reunião do CC em relação ao trabalho dos professores, enfim da escola como um todo. Idem, com os professores na hora-atividade conversando sobre os avanços, dificuldades, inovações...”; “conscientizando os alunos da importância do estudo e cobrando com mais trabalhos e mudança de atitude”; “procuro avaliar o trabalho em sala, busco alternativas metodológicas e formas diferentes de avaliar”; “aos alunos que não cumprem os seus deveres, comunico imediatamente a equipe, para que assim, a mesma repasse aos pais responsáveis que os mesmos não respondem por suas responsabilidades”; “colocando em prática as propostas e decisões do CC”; “fazendo a minha parte como educadora” (resposta da questão seis).

- há a prática de pré-conselhos que antecedem o CC, com destaque a participação da equipe pedagógica, alunos e professores que atuam na turma (questão sete).
- sobre a atuação do CC ter contribuído para uma prática de avaliação formativa na escola, 58.33% responderam “totalmente” e 41.66% informaram “parcialmente” (questão oito).
- vinculação entre o CC e a concepção de avaliação presente no PPP, no Regimento Escolar e nas Diretrizes para a Avaliação, 75% dos entrevistados informou “total”, 16.66% responderam “parcial” e 8.3% “não tenho conhecimento dos documentos acima” (questão nove).
- quanto à articulação (referência) entre as diversas reuniões do CC, metade dos entrevistados respondeu “total” e a outra metade informou “parcial” (questão dez).
- no que se refere à consideração dos documentos indicadores de resultados qualitativos que possam subsidiar a prática avaliativa proposta pela escola, 75% dos entrevistados respondeu “sempre” e 25% informou “às vezes” (questão onze).
- sobre considerar que o CC tem se configurado como instância da avaliação praticada pela escola, 58.33% responderam “sempre” e 41.66% informaram “as vezes”. No espaço comentário livre sobre esta questão, registrou-se: “em relação ao CC, em minha opinião, a equipe pedagógica deveria inserir alguns pais no ato do CC, assim esses pais teriam uma participação mais ativa na vida escolar e passariam a conhecer os problemas que muitos de nós professores enfrentamos” (questão doze).

Percebe-se pelas respostas supra que os professores, equipe pedagógica e direção da escola avançaram significativamente na leitura teórica e concepção da função do Conselho de Classe, mas ficou evidenciada a limitação de ações para

superação de condicionantes externos da escola, que interferem no rendimento da aprendizagem do aluno.

Entende-se que é necessário que usemos de toda criatividade e motivação no que se refere à efetivação das ações educativas, para que alcancemos os objetivos e resultados desejados.

Destaca-se a função formativa da avaliação que cumpre o papel de propiciar feedback aos alunos e professores sobre os resultados das ações que estão sendo desenvolvidas, apontando as limitações e entraves do processo ensino-aprendizagem, visando a correção de possíveis erros ou distorções.

Neste sentido, SANT'ANNA, 1995, destaca: "(...) na comparação do que foi alcançado com o que se pretende atingir. Estaremos avaliando quando estivermos examinando o que queremos, o que estamos construindo e o que conseguimos, analisando sua validade e eficiência" (SANT' ANNA, 1995, p.23).

Na sequência, desenvolveu-se atividade proposta no Itinerante Pólo de Palotina (01 a 03/09/10) e Pólo de Marechal Cândido Rondon (15 a 17/09/10), com grupos de gestores pedagógicos (pedagogas). Com o tema "Gestão democrática: as instâncias colegiadas na superação da evasão e repetência na escola pública", tendo como objetivo discutir e propor ações com a participação do Conselho Escolar e/ou Conselho de Classe para superação da evasão e repetência escolar. Foram considerados relatos de experiências exitosas. A atividade foi realizada em grupos de quatro pessoas, após a socialização no grande grupo, e entregue por escrito para posterior socialização com as demais escolas.

Destacam-se alguns relatos e ações proposta:

1- Nosso colégio implantou a partir deste ano uma carteirinha de identificação do aluno. Esta idéia partiu por meio da reunião do Conselho Escolar, Comunidade Escolar e Patrulha Escolar onde no intuito de diminuir a evasão dos alunos no período escolar devido aos determinantes externos da comunidade na qual o colégio está inserido, surgiu a idéia por parte de um dos pais presentes de se organizar um controle de entrada e saída dos alunos atrelada à freqüência às aulas. Desta forma foram realizados vários momentos de discussão pensando a melhor maneira de organizar, então surgiu a idéia da "carteirinha com código de barras", a mesma funciona da seguinte maneira: o aluno entrega a carteirinha ao guarda (agente 1) na entrada, o guarda entrega todas as carteirinhas na biblioteca onde o funcionário passa o código de barras e o sistema vai registrando a entrada do aluno,

no final do período de aula é entregue ao professor de sala todas as carteirinhas, se sobrar é porque o aluno matou aula, então a carteirinha fica retida e só é retirada pelos pais.

Todo esse processo de implantação e funcionamento foi discutido com os pais durante oito dias por meio de reuniões: manhã, tarde e noite, onde o pai tomou ciência deste processo e adquiriu a carteirinha no valor de R\$ 1,50. Nos casos de perda e extravio o aluno leva um bilhete padrão para ser preenchido pelos responsáveis e enviado novamente a escola com a importância de R\$ 5,00.

Quando o aluno precisa ausentar-se antes do término da aula fica registrado no controle de sua carteirinha.

Desta forma, percebemos que a permanência do aluno na escola aumentou significativamente, bem como, seu rendimento escolar.

2- Conselho de Classe Participativo com alunos, professores da turma, direção e equipe pedagógica dialogando sobre as dificuldades, necessidades e avanços da turma.

Tomar decisões coletivas e atitudes compartilhadas para que ações reais sejam concretizadas.

Sair do senso comum (particularidades) e ampliar a visão do geral da turma, dificuldades do cotidiano do aluno (família) envolvendo a família e alunos na problemática do cotidiano escolar para que se tornem agentes promotores das mudanças.

O Conselho Escolar precisa ser instrumentalizado (formação continuada) com sua real função para que tenha voz e vez no processo.

3- Como superar a evasão e repetência escolar? 3 questões (sugestões) foram discutidas: Líder, ter uma lista e avisar pedagogo (a) para entrar em contato; CRAS, Conselho Tutelar, envolver para planejar as ações em conjunto; Conselho Escolar - envolvimento para tomada de decisão em relação ao problema.

4- Conselho de Classe: continuar contatos com pais em reuniões;

Conselho Escolar: promover reuniões de sensibilização sobre a importância dos pais na educação dos filhos, em horários diferentes organizados por grupos diferentes (Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios, APMF, Conselho Tutelar, Grupos Sociais da Comunidade, Conselho Municipal da Criança e Adolescente).

5- Conselho Escolar: Criar uma rede envolvendo o Conselho Escolar, Conselho Tutelar, Grêmios Estudantil, COMAD, Patrulha Escolar, Equipe Pedagógica e

Direção, Empresários (Ex. rede de supermercados ou fábricas que detém grande parte da mão de obra dos educandos do noturno); Semana da Família na Escola - sugerindo palestra com Conselho Tutelar, oficinas, jantar, gincanas, noite cultural; Mural das Estrelas; Reconhecimento das práticas pedagógicas realizadas na escola (rádio comunitária, jornal da escola, jornal local, outros).

Conselho de Classe: Vinheta na Rádio Comunitária; entrega de boletins, manhã, tarde e noite com professores presentes; professores enviam nota antes para o Conselho de Classe analisar as ações; termo de compromisso para organizar um horário para estudo em casa.

6- A Equipe Pedagógica realiza no final de cada bimestre e antes do Conselho de Classe, a avaliação dos professores junto às turmas, tendo como base os seguintes tópicos: metodologias; recursos; tipos de avaliações e critérios; aproveitamento do tempo nas aulas; recursos; postura / respeito do professor; registros no Livro Registro de Classe (chamada, observações, ocorrências, atestados, avaliações) sugestões de melhorias na turma.

Com este resultado em mãos, apresenta-se aos professores, de maneira geral, após o Conselho de Classe. Os casos mais “graves” são repassados pela direção e equipe, individualmente aos professores.

Resultados levantados: Apresentar após o Conselho de Classe. Pontos positivos e negativos (Como solucionar – Professores; Como solucionar – Alunos). Outras ações são o Mural das Estrelas – Espaço para superação – valorizando as projeções; Digitar e tabular as notas por série para apresentar no Conselho de Classe – Gráficos; Rede com o CRAS para combater a evasão.

7- Ações: Pré-Conselho / dia-a-dia/ durante o Conselho de Classe; Pré-Conselho (dia-a-dia na escola): fazer levantamento dos alunos faltosos e em condições de rendimento baixo; entrar em contato com a família e ou responsável e com o aluno para investigar as causas; preencher a ficha do FICA; Parceria com as fábricas (noturno) de acordo com a realidade: compromisso escolar associado ao trabalho.

Em relação à repetência: Propor ações para trabalhar com as dificuldades; Encaminhar para Sala de Apoio (5ª série); Entrar em contato com os responsáveis, desenvolvendo um trabalho em parceria, com acompanhamento diário.

Conselho Participativo: O Conselho de Classe acontece em momentos: Pré-Conselho (professor em sala com os alunos); Conselho com os professores; Conselho de Classe participativo, esta etapa ocorre com os pais e professores e,

geralmente, da seguinte forma: inicia-se com uma palestra, avisos gerais, após os pais são encaminhados para as salas com os professores coordenadores de turma, para a entrega de boletins e orientação sobre uma ficha que cada professor preenche por disciplina onde se avalia o aluno de forma geral; Pós-Conselho: equipe com aluno liga para os pais que não compareceram. No pós-conselho, junto com os pais e alunos definir estratégias para melhorar o rendimento escolar do aluno.

8- Conselho Escolar: Chamar o Conselho Escolar e as instâncias anteriormente envolvidas, para uma reunião com a família e o educando evadido. Os conselheiros da escola deverão ser convidados levando em conta seu compromisso “social” para que possamos interferir de maneira efetiva.

9- Realizar uma sondagem sobre o educando, conhecendo assim as suas dificuldades e, se necessário, encaminhá-lo para a Sala de Apoio; Dentro dos conhecimentos básicos do professor devem-se fazer avaliações objetivas diferenciadas de acordo com o saber do aluno; Conhecendo assim o histórico do aluno com possibilidade de interceder com ações / estratégias para melhoria do rendimento escolar do educando; Desenvolver dentro da escola trabalhos e projetos que os educandos possam se sentir parte integrantes do processo, envolvendo valores humanos como amor e respeito ao próximo, afetividade e auto estima; Cuidado com o aluno, atenção às faltas, verificar o porquê.

10- Ação para superar a evasão e repetência escolar.

1º momento: Encaminha-se um bilhete comunicando o dia e horário para a entrega dos boletins. Obs.: alunos, seus respectivos pais ou responsáveis, professor da aula e equipe pedagógica. Respeitando o horário escolar do filho.

Ainda, neste mesmo bilhete, é marcada outra data quando a equipe pedagógica ficará à disposição dos pais ou responsáveis em todos os períodos.

2º momento: Caso não haja participação da família a escola entrará em contato com a mesma colocando uma data limite para que se faça presente. Mesmo assim, se não tiver participação da família, a escola tomará outras providências como encaminhar informe para a Promotoria da Infância e Juventude, incorrendo os pais em responder sobre o abandono intelectual de seu filho.

Na escola de jovens e adultos para os maiores de idade, quando há muitas faltas do educando, o professor da disciplina ou até mesmo o colega de classe entra em contato com a pedagoga, a qual liga para o educando faltoso comunicando que

estão sentindo sua falta e que ainda há tempo para retornar. Se não for ao atendimento coletivo poderá ser no individual respeitando o tempo disponível do aluno. Também há casos de parceria com as estagiárias de pós-graduação; pois quando elas vêm até o CEEBJA para estagiar. Nós pedagogas e direção em consonância com as instâncias colegiadas colocamos o nosso principal desafio “Evasão Escolar” e juntamente com elas vamos visitar o aluno em sua residência, ouvindo-os e convidando-os a retomarem seus estudos. Temos ainda o programa “Viva Escola” que abrange esse tema.

Já na escola do campo, por ser uma comunidade menor, há grande participação dos pais no Conselho de Classe.

Outra realidade da escola do campo é o aluno quando tem nota acima da média, ele próprio leva seu boletim, os demais levam comunicado para que os pais ou responsáveis compareçam na escola para conversar com a pedagoga e com os professores.

Evidenciou a partir dessa atividade com o grupo participante o trabalho o que já está sendo feito nas escolas para superar a evasão e a repetência nas escolas. O esforço em envolver a comunidade em ações cotidianas, em atividades recreativas, desportivas, pedagógicas. Percebe-se que há uma grande preocupação com o que de fato os alunos estão aprendendo e para que. Os índices do IDEB nestes casos são indicativos, como meio e como fim último.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de vivenciar o processo de “gestão democrática”, de estar a alguns anos na coordenação dos trabalhos técnico-pedagógicos no Núcleo Regional de Educação de Toledo, e a realização da presente pesquisa, nos possibilita apresentar algumas contribuições que são resultado de desejos manifestos e/ou necessidades evidenciadas na pesquisa realizada.

Entende-se que a participação da comunidade no Conselho Escolar é essencial para a gestão e a melhoria da qualidade do ensino. Para que esta participação se efetive são necessárias ações de iniciativa dos gestores escolares, entre as quais destacamos algumas sem a pretensão de esgotá-las, quais sejam: a

realização de reuniões em horários adequados, pois a maioria dos pais das crianças e jovens que freqüentam a escola pública trabalha; disponibilizar e estudar com eles o estatuto, ou cópia deste, aos conselheiros para que possam compreender como funciona uma instituição de ensino; preferencialmente na primeira reunião/encontro do conselho, explicar as atribuições que competem a esta instância colegiada e quais são suas funções; propiciar formação continuada aos conselheiros, ou informar da existência de programas de capacitação, para que estes não fiquem inibidos e possam participar ativamente; organizar reuniões regulares, com agendamento antecipado, com objetivos claros e tempo/espço para todos se pronunciarem. O estabelecimento de diálogo entre os segmentos representados na figura do conselheiro é fundamentalmente importante, bem como ouvir o que estes têm a dizer. Ainda, se possível, propiciar encontros com conselhos de outros estabelecimentos de ensino no município ou região, possibilitando a troca de experiências na busca de soluções para os problemas comuns.

No decorrer do desenvolvimento do presente estudo e no desempenho da função de gestora educacional, foi possível observar aspectos obstaculizadores que interferem no trabalho da gestão democrática, bem como foi possível identificar fatores importantes que auxiliam uma gestão escolar eficaz, dentre as quais se destacam: a definição de metas educacionais; formação dos gestores; a capacidade da direção e equipe pedagógica, num trabalho articulado, integrarem todas as áreas de atuação no dia a dia; a ciência e consideração quanto às metas de aprendizagem, medidas nas avaliações internas e externas; habilidade para formar e sustentar um clima positivo de trabalho entre todos os profissionais da educação que atuam na escola.

Na pesquisa realizada, evidenciou-se a evolução da concepção de avaliação presente nos Conselhos de Classe, de tradicional quantitativa para formativa qualitativa, bem como a prática do Conselho de Classe estar “caminhando” na perspectiva de um espaço coletivo de articulação de ações e encaminhamentos com vistas a reavaliar, não somente a aprendizagem do aluno, como também toda organização do trabalho pedagógico da escola. A prática de tomada de decisão conjunta, de modo a encaminhar uma providência ou determinação, resultado da atuação do Conselho de Classe, confirma a leitura ora apresentada.

Quanto à perspectiva da contribuição do Conselho Escolar e Conselho de Classe atuar como mecanismos de participação para superação da evasão e

repetência escolar, somente se configura, quando estes passam a serem instâncias ativas que interagem com a escola e comunidade para o cumprimento de metas educacionais e o desenvolvimento da função social da escola, num processo democrático.

Destaca-se, também, que no desenvolvimento da pesquisa, pode-se observar a presença de condicionantes externos da escola como situação sócio-econômica das famílias, desestruturação familiar, um percentual significativo de alunos com distúrbios de aprendizagem - laudos arquivados na Pasta Individual do aluno, interferindo diretamente nos resultados de rendimento escolar.

Neste sentido, sugere-se a possibilidade de organizar um “trabalho de rede” com a participação do Promotor de Justiça – Promotoria de Proteção à Educação; da Promotoria de Justiça – Vara da Infância e Juventude; Conselho Tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Patrulha Escolar; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; Secretaria Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal Sobre Drogas; Instâncias Colegiadas; Diretores, Pedagogos e Professores da escola; outros segmentos organizados na comunidade que possam contribuir no processo. A soma de esforços na perspectiva de definir e elaborar, de forma coletiva, ações de intervenção, junto aos alunos e famílias, visa resultados, de fato, qualitativos.

Os resultados obtidos neste trabalho demonstram que a atuação do Conselho Escolar da escola pesquisada deixa a desejar, minimamente cumprindo com a sua natureza e finalidade. O Conselho de Classe demonstra-se mais ativo, “caminhando” no sentido de cumprir com sua função. Embora estes tenham sido os dados revelados na pesquisa realizada, confirma-se a hipótese de que o Conselho Escolar e Conselho de Classe configuram-se junto aos demais segmentos da escola, a possibilidade de uma gestão democrática que possa fazer a diferença no sentido de superar fragilidades como a evasão e repetência.

REFERÊNCIA

ABRANCHES, Mônica. Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

BORDIGNON, G. Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC/SEB, 2005.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaborado por Ignez Pinto Navarro... [ET AL.], Brasília : MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Conselhos de Classe e avaliação: perspectiva na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP. Papirus, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista. 12. Ed. - Porto Alegre, RS, Educação Realidade, 1993.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / INEP/MEC – 2010.

PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. Revista Portuguesa de Educação, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2000.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? : critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSELHO ESCOLAR. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. 2ª ed. – Curitiba: SEED – PR, 2009.

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. – 2.ed. – Curitiba: SEED – PR, 2008.

THIOLLENT, Michel. Metodologia de pesquisa-ação. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. 132p.

VEIGA, Ilma P. A.; Resende, Lúcia M. G. de (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP : Papirus, 1998. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ADRIÃO, T. e CAMARGO, R. B. de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã 2001. p. 69-78.

ALMEIDA, J A. M. Os Conselhos Escolares e o Processo de Democratização: História, Avanços e Limites. 2006. 245 p. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

CRUZ, C. H. C. Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. Coleção Fazer e Transformar. São Paulo: Loyola, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um encontro com a Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital; tradução Isa Tavares. 2. Ed. São Paulo : Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 16, de 12 de novembro de 1999. Regimento Escolar

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução n.º 4.649, de 10 de outubro de 2008.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1986.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, L.H. (Org.). A escola cidadão no contexto da globalização. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. - 13. ed. – São Paulo : Cortez, 2003.

_____. Da mistificação da escola à necessária. – 5. Ed. – São Paulo : Cortez, 1991.

Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

SHIROMA, E. O. Política educacional. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

VASCONCELLOS, Celso. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. São Paulo, Libertad, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis; tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.